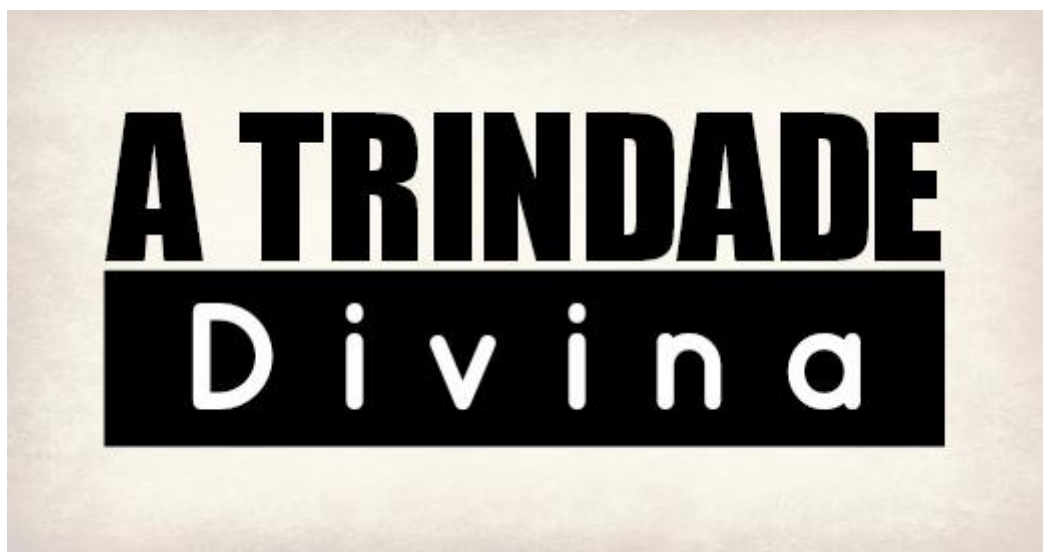


## 13. CREIO EM DEUS PAI: A REVELAÇÃO DA TRINDADE

232-248



### I. INTRODUÇÃO

Jesus veio ao mundo e nos deu a conhecer a sua glória de Filho único do Pai. Ele nos revelou Deus que ninguém podia conhecer porque habita em luz inacessível (cf. Ex 33,20; 1Tm 6,16). Revela-nos de uma maneira singular: fazendo-nos participar da sua vida, dando-nos de sua plenitude, comunicando-nos sua graça e verdade.

A revelação de Jesus Cristo não é mera comunicação de “verdades”, mas é uma doação de sua própria vida. É uma autêntica *autocomunicação* de Deus. Por isso a fé é fundamental para ter acesso a essa revelação divina. O que o ser humano conhece de Deus se baseia no fato de que Deus mesmo tomou a iniciativa de se dar a conhecer.

Devemos olhar para Jesus para conhecer Deus Pai. Revelando-nos o Pai, ele se nos deu a conhecer como o Filho. Revelando-se como o Filho, revelou-nos Deus como Pai. Podemos ter acesso ao mistério do Pai e do Filho no Espírito Santo uma vez que “ninguém pode dizer: ‘Jesus é o Senhor!’, senão pelo Espírito” (1Cor 12,3).

A revelação de Deus como Pai de Jesus, que comporta a revelação de Jesus como o Filho de Deus e de Deus como o Pai, e do Espírito Santo, dom do Pai e de Jesus que nos introduz na intimidade da vida dEles, é a revelação do Deus Uno e Trino.

A doutrina da unidade divina na Trindade e da Trindade na unidade, que a Igreja elaborou, é consequência direta do Deus que Jesus nos deu a conhecer. Não se trata de um apêndice ou de uma questão secundária. Pelo contrário, estamos diante do núcleo mais profundo da teologia e da fé, pois estamos diante do mistério de Deus que se dá a conhecer como fim único do homem.

## II TEXTO 232-248

### SEGUNDA SEÇÃO: A PROFISSÃO DA FÉ CRISTÃ

#### CAPÍTULO I: CREIO EM DEUS PAI

##### Parágrafo 2: O Pai



#### I. «Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo»

**232.** Os cristãos são batizados «em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo» (Mt 28,19). Antes disso, eles respondem «Creio» à tríplice pergunta com que são interpelados a confessar a sua fé no Pai, no Filho e no Espírito Santo: «*Fides omnium christianorum in Trinitate consistit – A fé de todos os cristãos assenta na Trindade*»).

**233.** Os cristãos são batizados «em nome» do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e não «nos nomes» deles porque não há senão um só Deus – o Pai Onipotente, o Seu Filho Unigênito e o Espírito Santo: a Santíssima Trindade.

**234.** O mistério da Santíssima Trindade é o mistério central da fé e da vida cristã. É o mistério de Deus em si mesmo. E, portanto, a fonte de todos os outros mistérios da fé e a luz que os ilumina. É o ensinamento mais fundamental e essencial na «hierarquia das verdades da fé». «Toda a história da salvação não é senão a história do caminho e dos meios pelos quais o Deus verdadeiro e único, Pai, Filho e Espírito Santo, Se revela, reconcilia consigo e Se une aos homens que se afastam do pecado».

**235.** Neste parágrafo se exporá brevemente de que maneira foi revelado o mistério da Santíssima Trindade (I), como é que a Igreja formulou a doutrina da fé sobre este mistério (II) e, por fim, como é que, pelas missões divinas do Filho e do Espírito Santo, Deus Pai realiza o seu «desígnio de benevolência» de criação, redenção e santificação (III).

**236.** Os Padres da Igreja distinguem entre «Theologia» e «Oikonomia», designando pelo primeiro termo o mistério da vida íntima de Deus-Trindade e, pelo segundo, todas as obras de Deus pelas quais Ele Se revela e comunica a sua vida. É pela «Oikonomia» que nos é revelada a «Theologia»; mas, inversamente, é a «Theologia» que esclarece

toda a «Oikonomia». As obras de Deus revelam quem Ele é em Si mesmo: e, inversamente, o mistério do seu Ser íntimo ilumina o entendimento de todas as suas obras. Analogicamente, é o que se passa com as pessoas humanas. A pessoa revela-se no que faz, e, quanto mais conhecemos uma pessoa, tanto melhor compreendemos o seu agir.

**237.** A Trindade é um mistério de fé em sentido estrito, um dos «mistérios ocultos em Deus, que não podem ser conhecidos se não forem revelados lá do alto». É verdade que Deus deixou traços do seu Ser trinitário na obra da criação e na sua revelação ao longo do Antigo Testamento. Mas a intimidade do seu Ser como Trindade Santíssima constitui um mistério inacessível à razão sozinha e, mesmo, à fé de Israel antes da Encarnação do Filho de Deus e da missão do Espírito Santo.



## II. A revelação de Deus como Trindade

### O PAI REVELADO PELO FILHO

**238.** A invocação de Deus como «Pai» é conhecida em muitas religiões. A divindade é muitas vezes considerada como «pai dos deuses e dos homens». Em Israel, Deus é chamado Pai enquanto criador do mundo. Mais ainda, Deus é Pai em razão da Aliança e do dom da Lei a Israel, seu «filho primogênito» (*Ex 4,22*). Também é chamado Pai do rei de Israel. E é muito especialmente «o Pai dos pobres», do órfão e da viúva, entregues à sua proteção amorosa.

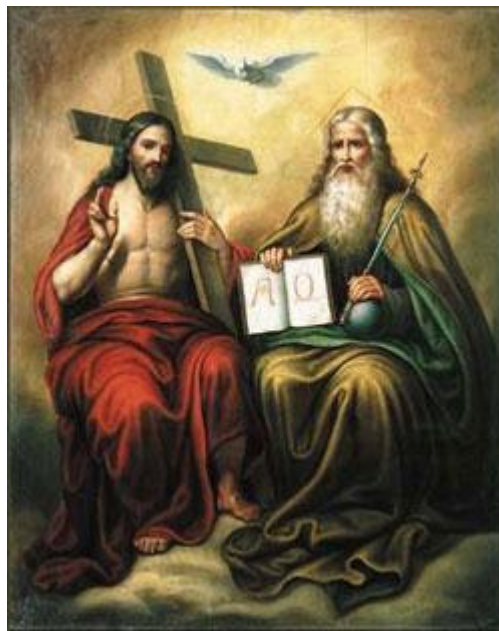
**239.** Ao designar Deus com o nome de «Pai», a linguagem da fé indica principalmente dois aspectos: que Deus é a origem primeira de tudo e a autoridade transcendente, e, ao mesmo tempo, que é bondade e solicitude amorosa para com todos os seus filhos. Esta ternura paternal de Deus também pode ser expressa pela imagem da maternidade, que indica melhor a imanência de Deus, a intimidade entre Deus e a sua criatura A

linguagem da fé vai, assim, alimentar-se na experiência humana dos progenitores, que são, de certo modo, os primeiros representantes de Deus para o homem. Mas esta experiência diz também que os progenitores humanos são falíveis e podem desfigurar a face da paternidade e da maternidade. Convém, então, lembrar que Deus transcende a distinção humana dos sexos. Não é homem nem mulher: é Deus. Transcende também a paternidade e a maternidade humanas, sem deixar de ser de ambas a origem e a medida: ninguém é pai como Deus.

**240.** Jesus revelou que Deus é «Pai» num sentido inédito: não o é somente enquanto Criador: é Pai eternamente em relação ao seu Filho único, o qual, eternamente, só é Filho em relação ao Pai: «Ninguém conhece o Filho senão o Pai, nem ninguém conhece o Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar» (*Mt 11,27*).

**241.** É por isso que os Apóstolos confessam que Jesus é «o Verbo [que] estava [no princípio] junto de Deus» e que é Deus (*Jo 1, 1*), «a imagem do Deus invisível» (*Cl 1,15*), «o resplendor da sua glória e a imagem da sua substância» (*Heb 1, 3*).

**242.** Na esteira deles, seguindo a tradição apostólica, no primeiro concílio ecuménico de Niceia, em 325, a Igreja confessou que o Filho é «consustancial» ao Pai, quer dizer, um só Deus com Ele. O segundo concílio ecuménico, reunido em Constantinopla em 381, guardou esta expressão na sua formulação do Credo de Niceia e confessou «o Filho unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos, luz da luz. Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consustancial ao Pai» .



## O PAI E O FILHO REVELADOS PELO ESPÍRITO

**243.** Antes da sua Páscoa, Jesus anuncia o envio de um «outro Paráclito» (Defensor), o Espírito Santo. Agindo desde a criação e tendo outrora «falado pelos profetas», o Espírito Santo estará agora junto dos discípulos, e neles, para os ensinar e os guiar «para a verdade total» (*Jo 16,13*). E, assim, o Espírito Santo é revelado como uma outra pessoa divina, em relação a Jesus e ao Pai.



**244.** A origem eterna do Espírito revela-se na sua missão temporal. O Espírito Santo é enviado aos Apóstolos e à Igreja, tanto pelo Pai, em nome do Filho, como pessoalmente pelo Filho, depois do seu regresso ao Pai. O envio da pessoa do Espírito, após a glorificação de Jesus revela em plenitude o mistério da Santíssima Trindade.

**245.** A fé apostólica relativamente ao Espírito foi confessada pelo segundo concílio ecuménico, reunido em Constantinopla em 381: «Nós acreditamos no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai». A Igreja reconhece assim o Pai como «a fonte e a origem de toda a Divindade». Mas a origem eterna do Espírito Santo não está desligada da do Filho: «O Espírito Santo, que é a terceira pessoa da Trindade, é Deus, uno e igual ao Pai e ao Filho, da mesma substância e também da mesma natureza... Contudo, não dizemos que Ele é somente o Espírito do Pai, mas, ao mesmo tempo, o Espírito do Pai e do Filho». O Credo do Concílio de Constantinopla da Igreja confessa que Ele, «com o Pai e o Filho, é adorado e glorificado».

**246.** A tradição latina do Credo confessa que o Espírito «procede do Pai e *do Filho* (Filioque)». O Concílio de Florença, em 1438, explicita: «O Espírito Santo [...] recebe a sua essência e o seu ser ao mesmo tempo do Pai e do Filho, e procede eternamente de um e do outro como dum só Princípio e por uma só espiração [...] E porque tudo o que é do Pai, o próprio Pai o deu ao seu Filho Unigénito, gerando-O, com exceção do seu ser Pai, esta mesma procedência do Espírito Santo, a partir do Filho, Ele a tem eternamente do seu Pai, que eternamente O gerou».

**247.** A afirmação do *Filioque* não figurava no Símbolo de Constantinopla de 381. Mas, com base numa antiga tradição latina e alexandrina, o Papa São Leão já a tinha confessado dogmaticamente em 447, mesmo antes de Roma ter conhecido e recebido o Símbolo de 381 no Concílio de Calcedónia, em 451). O uso desta fórmula no Credo foi sendo, pouco a pouco, admitido na liturgia latina (entre os séculos VIII e XI). A

introdução do *Filioque* no Símbolo Niceno-Constantinopolitano pela liturgia latina constitui, ainda hoje, no entanto, um ponto de discórdia com as igrejas ortodoxas.

**248.** A tradição oriental exprime, antes de mais, o caráter de origem primeira do Pai em relação ao Espírito. Ao confessar o Espírito como «saído do Pai» (*Jo 15,26*), afirma que Ele *procede* do Pai *pelo* Filho. A tradição ocidental exprime, sobretudo, a comunhão consubstancial entre o Pai e o Filho, ao dizer que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho (*Filioque*). E di-lo «de maneira legítima e razoável», «porque a ordem eterna das pessoas divinas na sua comunhão consubstancial implica que o Pai seja a origem primeira do Espírito, enquanto «princípio sem princípio», mas também que, enquanto Pai do *Filho* Único, seja com Ele «o princípio único de que procede o Espírito Santo». Esta legítima complementaridade, se não for exagerada, não afeta a identidade da fé na realidade do mesmo mistério confessado.





## II. REVISANDO TEMAS

### 1. Oikonomia e Theologia

A revelação do Deus cristão é uma autocomunicação que se dá na história e como história da salvação. Releiamos juntos o que o Catecismo da Igreja Católica afirma:

*Toda a história da salvação não é senão a história da via e dos meios pelos quais o Deus verdadeiro e único, Pai, Filho e Espírito Santo, se revela, reconcilia consigo e une a si os homens que se afastam do pecado (234).*

A Trindade é uma verdade de fé que não se deduz de outro conhecimento de Deus adquirido a partir das coisas criadas. A revelação do mistério de Deus em toda a sua profundidade acontece unicamente em Jesus Cristo. Somente pela fé em Cristo temos acesso a este mistério; somente se cremos nele como Filho de Deus podemos ver nele o Pai (cf. 1Jo 14,9). Essa revelação nos dá realmente acesso ao mistério de Deus enquanto o mesmo é o mistério da nossa salvação por obra de Cristo e do Espírito Santo.

Somente através da história da salvação podemos chegar ao Mistério de *Deus em si*. Ignorar a Trindade que se revela na história, o *Deus para nós*, significa não chegar a conhecer a *Trindade em si* mesma: a revelação realizada por Cristo nos dá acesso ao conhecimento de Deus Uno e Trino. A *oikonomia* é, portanto, o único caminho para o conhecimento da *theologia*.

*No plano do conhecimento de Deus, não nos é dado outro lugar a partir do que seja possível discorrer menos infielmente sobre o mistério divino a não ser a história da revelação, os eventos e as palavras intimamente relacionadas entre si, através dos quais Deus narrou em nossa história a sua história (...). A Trindade como é em si (imaneente) se dá a conhecer na Trindade como é para nós (econômica): um e o mesmo é o Deus em si e o Deus que se revela, o Pai pelo Filho no Espírito Santo (Bruno FORTE. A Trindade como história. Ensaio sobre o Deus Cristão, Paulinas, 1987, p. 16).*

Mas é verdade também o contrário: é somente à luz do mistério de Deus que a história da salvação tem sentido. Sem uma consideração de *Deus em si* mesmo a história da salvação perde o seu sentido salvífico: ela se reduzira assim a mera sucessão de fatos e acontecimentos sem um sentido e uma direção.

Esses dois aspectos (mistério de Deus e da nossa salvação, Deus em si e Deus para nós) não podem ser separados. Conhecemos a misteriosa e luminosa realidade de Deus Uno e Trino pela revelação salvadora que Cristo faz de si mesmo. O modo como a Trindade se nos apresenta na economia da salvação reflete o que ela é em si mesma. “Essa correspondência se funda no próprio mistério da fidelidade divina: a Trindade na história manifesta a Trindade na glória, porque aquele que é ‘fiel não pode renegar-se a si mesmo’” (B. FORTE, *A Trindade como história. Ensaio sobre o Deus Cristão*, Paulinas, 1987, p. 16).

## 2. O Pai revelado pelo Filho

Da revelação do Pai, Filho e Espírito Santo depende a nossa salvação. Deus não se revelou para nos dar um mero conhecimento teórico de Si, mas para nos salvar e para nos fazer participar de sua Vida. A Verdade não se revela simplesmente para nossa erudição, mas para que tenhamos acesso à comunhão divina.

O mistério da salvação, que é o mistério trinitário, consiste não só na autorrevelação mas precisamente na autocomunicação vital do próprio Deus Trino. Caso contrário, o próprio Deus não seria a nossa salvação e teríamos que buscá-la em outro lugar que não seria Deus.

De fato, a Revelação do Deus Trino é:

- a revelação de Deus como *Pai de Jesus*, que
- se revela como *o Filho* e
- revela o *Espírito Santo* como dom de ambos.

A revelação da paternidade de Deus é um dos pontos fundamentais, para não dizer central, da mensagem evangélica. Ela aparece essencialmente ligada à pessoa de Jesus que não somente fala de Deus como seu Pai, mas o invoca como tal (cf. Mc 14,36; Rm 8,15; Gl 4,6). Quando Jesus tem como interlocutor Deus, sempre o chama de “Pai” (cf. Mc 15,34; Mt 27,46; 11,25-27; Lc 10,21-22). Manifesta com esse modo peculiar de invocação a consciência de sua proximidade a Deus, a familiaridade e o imediatismo de sua relação com o Pai. Na experiência humana que Jesus faz do *Abbá*, nos aproximamos do núcleo central da identidade pessoal e do mistério de Jesus. Em Jesus de Nazaré, se revela uma profundidade, até então insuspeita, da paternidade de Deus e da filiação que dela deriva.

A função reveladora de Jesus, sua obediência à vontade do Pai e sua contínua referência a Ele são sublinhadas com mais insistência ainda no Quarto Evangelho. Nos lábios de Jesus, “Pai” é, para o Evangelho de João, o modo normal de designar Deus, enquanto que o “Filho” é a denominação habitual que Jesus usa para se designar a si mesmo. O Pai é aquele que enviou Jesus ao mundo (cf. Jo 5,36-37; 6,44.57; 8,42; 13,3; 16,17-28); Ele marcou o Filho com seu selo (6,27). Com a missão do Filho, Deus mostrou seu amor pelos homens (3,16s; 1Jo 4,7-21) e, desse modo, abriu-nos uma nova perspectiva para conhecer o ser mesmo de Deus.

O Pai é também aquele que Jesus conhece (Jo 10,15) e dá a conhecer (14,8). Jesus obedece ao Pai (Jo 4,34; 5,19s; 6,38-40; 12,49). É aquele de quem Jesus vive e de cuja vida faz os homens participarem (5,26; 6,57). Jesus volta para o Pai depois de ter cumprido a obra que devia realizar neste mundo (13,1; 14,28; 17,4.5; 20,17). O Pai deu



a Jesus o poder que tem (5,19ss), ou seja, o poder de ressuscitar os mortos, de julgar, de fazer tudo o que Ele mesmo faz. O Pai dá testemunho em favor de Jesus (5,37), o ama, e a esse amor Jesus corresponde (3,35; 5,20; 14,31; 15,9). Igualmente amará também os que guardam os mandamentos de Jesus (14,21ss). O Pai é aquele que glorificará o Filho, como este o glorifica (17,1ss). Pai e Filho são um só e dessa unidade os fiéis são chamados a participar (Jo 10,30; 17,21ss). Jesus intercede junto ao Pai por todos os fiéis depois que ressuscitou e subiu aos céus (14,13.16; 16,24ss).

Como você pode notar, essas poucas indicações tiradas do Evangelho Joanino mostram como o Pai é o constante ponto de referência de Jesus. Nenhum aspecto de sua vida e de sua morte, de sua palavra e de suas obras, de sua ação e de sua oração se explica sem essa referência ao Pai. Sem essa referência é impossível para nós termos acesso ao mistério da pessoa do Filho: Jesus vive constantemente orientado para o Pai; a Ele compete a primazia absoluta da sua inteira vida; a comunhão entre eles é total.

Nas *cartas paulinas* vemos com clareza que a iniciativa da criação é de Deus Pai; dEle tudo procede por meio do único Senhor Jesus Cristo (1Cor 8,6; Rm 11,36). Essa iniciativa de Deus Pai na criação nos coloca, de um lado, na continuidade com o AT, mas mostra, por outro, a novidade: o Deus criador é o Pai de Jesus, que tudo realiza mediante o Filho (Cl 1,15ss; Hb 1,2-3; Jo 1,3.10). De Deus vem também a iniciativa da missão de Jesus e de sua última vinda (1Tm 6,14; Hb 3,20). A paternidade de Deus se coloca em relação especialmente com a ressurreição. Paulo vê Deus como o Pai do Senhor ressuscitado (2Cor 1,3; 11,31; Ef 1,17; Fl 2,11; Rm 6,4). Desde então o Deus cristão não é outro senão o Pai de Jesus (Ef 1,2-3; 1Pd 1,3). O título de “Pai” de Jesus fica assim incorporado definitivamente à confissão do Deus cristão.

### **3. Jesus se revela**

Para falar de si mesmo, parece que o Jesus histórico não usou muito o título “Filho”. Por outro lado, ele fazia uso frequente e habitual do nome “Pai” para se referir a Deus. Somente no “hino de júbilo” (Lc 10,21ss) é que encontramos essa autodenominação. Por isso, essa perícope pode ser considerada como um dos momentos culminantes em que se manifesta a relação de intimidade de Jesus com Deus: “ninguém conhece o Filho senão o Pai, e ninguém conhece o Pai a não ser o Filho” (Mt 11,27; Lc 10,22).

Em nenhum lugar, encontramos Jesus se designando como “Filho de Deus”. Esse título nunca aparece nos lábios de Jesus, o que pode ser explicado pelo fato de que Jesus não proclama a si mesmo e sim o Pai. Segundo os sinóticos, Jesus é proclamado Filho de Deus pela voz do Pai nos momentos do batismo e da transfiguração (cf. Mc 1,11; 9,7).

Mesmo não sendo uma autodenominação, o título “Filho” indica, mais do que outros, a identidade última de Jesus, já que evidencia sua relação única com Deus Pai. Como você já viu anteriormente, nos escritos de João “Filho” é a denominação normal com a qual Jesus se refere a si mesmo em correlação com o uso maciço da palavra “Pai” com que Ele se refere a Deus. Esta relação filial de Jesus com o Pai é única e não se repete. Inclusive, no evangelho de João, Jesus nunca equipara a sua filiação com a filiação adotiva: Jesus é o Filho por excelência o (*ho híos*) em contraposição aos homens que são *tekná*. Ele é também o “Filho Unigênito” (Jo 1,14.18; 3,16.18; 1Jo 4,9). Essa é, aliás, a finalidade do evangelho de João, isto é, a de demonstrar que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus (Jo 20,31).



#### 4. O envio do Espírito Santo

O envio do Espírito Santo não se explica nem é possível sem a glorificação do Filho. De fato, na economia da salvação há uma ordem entre as missões do Filho e do Espírito. Na ressurreição, Jesus recebe o Espírito em plenitude a ponto de se tornar “espírito que dá vida” (1Cor 15,45). Por isso, a missão do Espírito depende desse fato. Em outras palavras, os diversos textos do NT contemplam a efusão do Espírito em relação de dependência com a glorificação e exaltação de Jesus. Entre as duas missões há, portanto, uma relação intrínseca e não simples justaposição cronológica: Jesus, o Filho enviado ao mundo, é a fonte do Espírito para os homens.

Se analisarmos com atenção as perícopes que falam da ação do Espírito sobre os personagens que intervêm no evangelho da infância (cf. Lc 1,41; 1,67; 2,25.27), veremos que tal ação foi *possibilitada pela vinda de Cristo*. Ao mesmo tempo, essa efusão difere da de Pentecostes. Antes de Pentecostes, a presença do Espírito tem como características ser *ocasional* (de duração limitada) e se dar somente sobre *determinadas pessoas*; trata-se, portanto, de uma *ação pontual* do Espírito, semelhante àquela que se deu nos profetas (cf. 1Pd 1,11). Ao contrário, a citação do profeta Joel no discurso de Pedro no dia de Pentecostes (Cf. At 2,17ss; Jl 3,1-5) mostra a convicção de que, com a ressurreição e ascensão do Senhor, chegou o momento previsto da *efusão universal* do Espírito (sem limites nem fronteiras) como um dom *escatológico e estável* que impele a Igreja para a evangelização e lhe dá alegria do louvor a Deus (cf. At 2,4.11).

A doação do Espírito à Igreja e aos discípulos é consequência inseparável da glorificação do Senhor. “Jesus disse em alta voz: Se alguém tem sede, venha a mim e beba, aquele que crê em mim! Conforme a palavra da Escritura: de seu seio jorrarão rios de água viva. Ele falava do Espírito que deviam receber aqueles que tinham crido nele; pois não havia ainda o Espírito, porque Jesus ainda não fora glorificado” (Jo 7,37-39).

Outros textos confirmam essa dependência entre a efusão do Espírito e a glorificação de Cristo. Jesus fala, na última ceia, da vinda do Espírito como algo que está ligado à sua

morte e ressurreição. É conveniente aos discípulos que Jesus parta, porque do contrário não virá a eles o Paráclito (cf. Jo 16,7). O Pai dará o Espírito por causa da intercessão de Jesus (cf. 14,16) ou em seu nome (cf. 14,26). O Espírito procede do Pai, mas será enviado por Jesus de junto do Pai (cf. 16,14-15). Não se pode, portanto, ignorar a intervenção de Jesus na efusão do Espírito Santo, mesmo que seja o Pai o princípio último dessa missão. Além disso, deve-se reconhecer que a morte-exaltação de Jesus (cf. Jo 3,13-14; 8,28; 12,32) permite pensar que, no momento da morte, Jesus antecipa o dom do Espírito (19,30: *parédoken to Pneuma*). Com efeito, a água e o sangue do lado aberto de Cristo são interpretados como alusão aos sacramentos do batismo e da eucaristia, mas indiretamente podem também ser uma alusão ao Espírito que sai do corpo de Jesus (cf. 7,38), que foi o seu receptáculo durante todo o tempo de sua vida.

Todos esses textos mostram que a Igreja teve consciência clara não somente da sucessão temporal mas também da relação intrínseca que há entre a ressurreição de Jesus e o dom do Espírito Santo. As duas missões estão unidas intrinsecamente.

No dom do Espírito pelo Pai por meio de Jesus ressuscitado aparecem plenamente a “identidade” do Espírito, a riqueza e a variedade de seus efeitos. Se na atuação do Espírito sobre Jesus, durante a sua vida mortal, se sublinha sua condição de Espírito de Deus (Pai) que, não obstante, é também próprio de Jesus (pois permanece nele como seu lugar próprio), com a glorificação se evidencia que ele é, ao mesmo tempo, Espírito do Filho.

## 5. A processão do Espírito

O Espírito “procede do Pai” (*ex tou Patros exporeuomenon*). Aqui o símbolo niceno-constantinopolitano lança mão da expressão presente em Jo 15,26, sem citá-lo literalmente (pois muda a preposição *pará* (da parte de) por *ex* (a partir de), preposição essa que enfatiza a origem e se encontra em 1Cor 2,12 que fala que o Espírito é *ex tou Theou*, para exprimir a propriedade pessoal do Espírito. O termo bíblico, dessa maneira, recebe um conteúdo diferente: no quarto evangelho o termo “procede” tinha um senso exclusivamente econômico, isto é, designava o envio do Espírito no mundo; no símbolo, o termo é colocado em paralelo com a geração do Filho, recebendo assim um conteúdo intratrinitário: como o Filho é gerado pelo Pai, assim o Espírito procede do Pai. Isso mostra, de um lado, que o Espírito é Deus e não uma criatura do Filho, e, de outro, que entre os dois procedentes há distinção real, ou seja, eles são diversos porque procedem do Pai de maneira diversa. O Filho tem no Pai sua origem por geração; o Espírito tem sua fonte e princípio no Pai por processão.

### 1. Entenda a questão do “Filioque”:

A Igreja do Ocidente, séculos depois, irá pospor ao “procede do Pai” o polêmico “e do Filho”, ou dito em uma palavra, o *Filioque* (*ex Patre Filioque procedit* = procede do Pai e do Filho). Esse adendo provocará uma contenda entre a Igreja latina e oriental que durará até os dias de hoje.

#### Filioque

A palavra *Filioque* foi acrescentada ao Símbolo Niceno-Constantinopolitano no IV Sínodo de Braga, Portugal (675) ou possivelmente no terceiro Sínodo de Toledo (589). Essa palavra quer afirmar:

1. que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho;
2. que as três Pessoas da Trindade são perfeitamente iguais.

As primeiras formulações orientais estavam de acordo em julgar que o Espírito Santo não era gerado como o Filho, mas procede do Pai “através do Filho” (*per Filium*).

No ano 1013, o imperador Henrique II ordenou que a Igreja latina acrescentasse o *Filioque* na profissão de fé. A Igreja ortodoxa grega repugnou fortemente essa inserção no Símbolo. A partir do Patriarca Fócio de Constantinopla (aprox. 810-895), o *Filioque* foi, muitas vezes, considerado o ponto mais grave de divergência entre Oriente e Ocidente (G. O’COLLINS & E. FARRUGIA, “Filioque” in *Dizionario sintetico di teologia*, Editrice Vaticana, 1995, p. 143-144).

## **2. Por que *Filioque* e não *et Filio*?**

Em latim há várias conjunções copulativas afirmativas que são traduzidas pelo nosso “e”. Mas cada conjunção latina tem um matiz diferente que infelizmente nem sempre aparece quando o traduzimos para o português.

“*Et*”: une duas proposições ou dois termos. É a conjunção que corresponde perfeitamente ao nosso “e”.

*Sapientia est rerum divinarum et humanarum scientia* (A sabedoria é o conhecimento das coisas divinas e humanas).

“*Que*” (enclítica): é usada quando se unem entre si dois termos que formam quase um todo único.

*Senatus populusque romanus* (o senado e o povo romano [como uma única realidade]).

*Patri Filioque* (O Espírito Santo procede do Pai e do Filho como de um único princípio).

“*Atque*” e “*ac*”: indicam como o “que” união estreita entre dois termos, mas com mais força e dando ênfase ao segundo termo.

*Vitam parce ac duriter agebat* (Levava uma vida parca e principalmente dura).

*Animi parere atque imperare iuxta parati* (Ânimos preparados tanto para obedecer e sobretudo para mandar).